

## LOCAL DAS APRESENTAÇÕES: NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Prédio 11 da PUCRS

### BANCAS DE AVALIAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

08/04

<b>14h às 18h</b>	<b>Profa. Dra. Daniela Lutzky Profa. Ma. Letícia Padilha Prof. Me. Fabrício Pozzati</b>
<b>1.</b>	A COLETIVIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA: INSTRUMENTO DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DO PODER JUDICIÁRIO - Acácia Regina Soares de Sá
<b>2.</b>	O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EFETIVIDADE DOS PROCESSOS COLETIVOS - Alana Gabriela Engelmann.
<b>3.</b>	AGLUTINAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS: PREVENÇÃO OU COOPERAÇÃO? FORO ADEQUADO E O CASO DA 123 MILHAS - Alessandra Alvarenga Spadinger.
<b>4.</b>	INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: NECESSIDADE DE UNIFICAÇÃO DO DIREITO DE RE-ALEGAR OS VÍCIOS DA PETIÇÃO INICIAL COM A MUDANÇA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - Ana Luiza Muniz e Luiza Formaggine.
<b>5.</b>	O INCIDENTE DE COLETIVIZAÇÃO COMO AMORTIZADOR DA DESIGUALDADE NA JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – Fernanda Maria Poltronieri.
<b>6.</b>	UMA IMPORTANTE DISTINÇÃO SOBRE A DISTINÇÃO - Guilherme Thofehn Lessa
<b>7.</b>	ADMISSIBILIDADE DO IRDR E SUSPENSÃO INCONDICIONADA DOS PROCESSOS PENDENTES: A INTERPRETAÇÃO PROVISÓRIA E A SUSPENSÃO PARCIAL COMO ALTERNATIVAS PARA O PROCESSAMENTO DO INCIDENTE - Gustavo Vieira.
<b>8.</b>	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA TUTELA COLETIVA DOS INTERESSES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Laura Oliveira Dorfmann e Ramona Rangel.
<b>9.</b>	AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS E INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL: UM DESAFIO À DUPLA FUNÇÃO DO PROCESSO CIVIL - Luciana Cristina de Jesus Silva e Vinícius Antônio Toscano Simões Nabak
<b>10.</b>	DIREITO FUNDAMENTAL À PROVA E SEUS LIMITES. ÔNUS, DEVERES E DIREITOS DAS PARTES E DOS TERCEIROS. - Eduarda Fortes Osorio Marques
<b>11.</b>	PROCESSO NÃO ESTRUTURAL, ACORDO ESTRUTURAL: ANÁLISE E ESTUDO DO CASO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEVOLUÇÃO PERCENTUAL DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO EM SÃO CARLOS (SP) - Vitor Hugo da Trindade Silva.
<b>12.</b>	TRABALHANDO COM PROCESSOS ESTRUTURAIIS: DA LAW IN BOOKS À LAW IN ACTION, DOS STANDARDS REDUTORES DA DISCRICIONARIEDADE À UNIDADE DO DIREITO. - Vivian Schönhofen.
<b>13.</b>	O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO RELIDO PELOS FUNDAMENTOS DOS LITÍGIOS ESTRUTURAIIS - Yuri Luna Dias e Leonardo Silva Nunes.

09/04

<b>14h</b> <b>às</b> <b>18h</b>	Prof. Dr. Álvaro Severo Profa. Ma. Laura Mattos Profa. Ma. Ingrid Pereira Prof. Me. Otávio Rodrigues de Luca Marques
<b>1.</b>	LITÍGIOS ESTRUTURAIS E CONSENSUALIDADE: O EMPREGO DOS DISPUTE BOARDS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REFORMA ESTRUTURAL - Adilson Carvalho Pantoja.
<b>2.</b>	ANÁLISE DO ACORDO AMBIENTE DE BRUMADINHO NA SEARA DA REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - Amanda Cassab Ciunciusky Toloni e Maria Júlia Pompolo Habib.
<b>3.</b>	A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS ESTRUTURANTES: REFLEXÕES A PARTIR DO JULGAMENTO DA ADPF Nº 976 - Ana Beatriz Olívia.
<b>4.</b>	ENTIDADES DE INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA: UMA POSSÍVEL RESPOSTA À PROBLEMÁTICA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ESTRUTURANTES - Guilherme dos Santos Moreira
<b>5.</b>	DA COLETIVIZAÇÃO À PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL PLURIVERSAL: POR UM CONTRADITÓRIO COMO COMPLEMENTARIDADE NA DIVERSIDADE - Helena Patrícia Freitas.
<b>6.</b>	A CONVIVÊNCIA ENTRE OS PROCESSOS INDIVIDUAIS E O PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL - Izabela Alexandre Marri Amado e Leonardo Silva Nunes.
<b>7.</b>	PROCESSOS ESTRUTURAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DISCUSSÃO PRÁTICA SOBRE A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA CORTE - João Paulo Baeta Faria Damasceno
<b>8.</b>	O SPECIAL MASTER E A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS - Jurema Carolina da Silveira Gomes e Taís Schilling Ferraz.
<b>9.</b>	O ARTIGO 6º DO CPC DE 2015 COMO UM “TRUNFO NA MANGA” DO LEGISLADOR - Laura Araujo Ribeiro Lino.
<b>10</b>	DA EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL À UNIDADE DO DIREITO: A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS SOB A PERSPECTIVA DA DUPLA DIMENSÃO DA TUTELA DOS DIREITOS. - Leandra Araujo Vieira.
<b>11.</b>	POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PROCEDIMENTAIS DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS - Maria Cecília Machado Prado.
<b>12.</b>	A RAZOÁVEL DURAÇÃO E AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DA COLETIVIZAÇÃO – Maria Eugênia Londero Deggeroni.
<b>13.</b>	A AMPLIAÇÃO SUBJETIVA DA DEMANDA EM LITÍGIOS ESTRUTURAIS – Paulo Victor de Carvalho Mendonça e Samira Viana Silva.
<b>14.</b>	O RACIOCÍNIO PROBATÓRIO NO PROCESSO ESTRUTURAL: A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS A PARTIR DE UMA CONCEPÇÃO RACIONALISTA DA PROVA - Rodrigo Doval Rosa Lopes.
<b>15.</b>	A NECESSIDADE DE REPENSAR O MODELO TRADICIONAL DA FASE DE SANEAMENTO À LUZ DO PROCESSO ESTRUTURAL - Hemmely dos Santos e Oliveira e Leonardo Silva Nunes

10/04

<b>14 às 18h</b>	<b>Ma. Francele Moreira Marisco Soares</b> <b>Me. Guilherme Christen Möller</b> <b>Ma. Michelle Martins</b> <b>Me. Gustavo Vieira</b>
<b>1.</b>	PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA: TÉCNICA PROCESSUAL DE TUTELA COLETIVA DO DIREITO - Ana Carolina Squadri.
<b>2.</b>	REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS - Ana Eisenlohr e Sarah Alcuri.
<b>3.</b>	ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS. ONLINE COURTS. - Carlos Leandro Maidana da Silva.
<b>4.</b>	TUTELA COLETIVA DE INVESTIDORES: FUNDAMENTOS PROCESSUAIS PARA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR ABUSO NO PODER DE CONTROLE PELA SOCIEDADE CONTROLADORA - Edson Francisco Rocha Neto e Arthur Tomaz de Oliveira.
<b>5.</b>	A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A RESCISÃO DA COISA JULGADA COM FUNDAMENTO EM PRECEDENTE SUPERVENIENTE - Eduardo Gonçalves Spitaliere e Handel Martins Dias.
<b>6.</b>	UNIDADE, PRECEDENTES E COMUNIDADE DE COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: ABERTURA DIALÓGICA, CONTRADITÓRIO AMPLIADO E AS CONTRIBUIÇÕES À COLETIVIZAÇÃO DO DIREITO – Felipe Cidral Sestrem.
<b>7.</b>	A NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEU REFLEXO PROCESSUAL: PROCESSO COLETIVO OU PUNITIVO NÃO PENAL? – Leandra Araujo Vieira e Maria Eduarda Rehbein Fetter.
<b>8.</b>	A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS SETORES REGULADOS EM PROCESSOS JUDICIAIS QUE BUSQUEM A ANULAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS DE AGÊNCIAS REGULATÓRIAS - Luiz Krassuski e William Pugliese.
<b>9.</b>	DO DIREITO FUNDAMENTAL À DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À UNIDADE DO DIREITO: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DO GARGALO DAS EXECUÇÕES FISCAIS. - Maria Eduarda Arnau Rodrigues e Caroline Costanza.
<b>10.</b>	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CORTES SUPERIORES: IMPACTOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES JURÍDICOS - Maria Gabryelle Dantas Rocha e Ricardo Alan Wias
<b>11.</b>	A CONVERSÃO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM GRAU RECURSAL E A POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO, DESDE JÁ, DA CONDENAÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO – Mateus Bittencourt.
<b>12.</b>	O TEMA 1.000 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: A RATIO DECIDENDI DA INSTITUIÇÃO DOS DEVERES PROBATÓRIOS - Pedro Aranalde Fabrício.
<b>13.</b>	POR QUE A RATIO DECIDENDI E NÃO A TESE? - Pedro Furlanetto Mayolo.
<b>14.</b>	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL: HAVERÁ LITISPENDÊNCIA? - Sylvia Maria Bortolotto Cademartori.

**BANCA DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE TESE E DISSERTAÇÃO e DE TRABALHOS CIENTÍFICOS**

11/04

14h às 18H	Prof. Dr. Ricardo Chemale Prof. Dr. Felipe Camilo Prof. Dr. Guilherme Botelho
<b>PROJETOS DE TESE E DISSERTAÇÃO</b>	
1.	A RATIO DECIDENDI NO TEMA 698 DO STF À LUZ DE DANIEL MITIDIERO - Bernardo Ferreira Delanos.
2.	“EL VALOR DEL PRECEDENTE EN EL SISTEMA DEL CIVIL LAW: EL CASO DE ARGENTINA” - Gonzalo Saráchaga.
3.	O DESTAQUE DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS NA EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA SINDICAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O TEMA 1175-STJ - Henrique Biansini Machado.
4.	GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM PROCESSOS ESTRUTURAIIS (GAEPE)- Joaquim Ribeiro de Souza Junior
5.	LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DO BRASIL: UM ESTUDO DAS TEORIAS, PRÁTICAS E IMPLICAÇÕES DEMOCRÁTICAS DO DENOMINADO COMBATE ÀS FAKE NEWS- Glenda Almeida Matos Moreira
6.	FEDERALISMO, CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERESTADUAIS E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - Rodrigo Maia Rocha
<b>TRABALHOS CIENTÍFICOS</b>	
1.	AFINAL, QUAL É O CONCEITO E O RITO DO PROCESSO ESTRUTURAL? PROJETO DE LEI N° 3 DE 2025 E A "LINHA DO TEMPO" PROCEDIMENTAL - Joaquim Ribeiro de Souza Junior
2.	PROCESSOS ESTRUTURAIIS E JUSTIÇA MULTIPORTAS: ESTUDO DE CASO SOBRE A COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE - COECV NO ESTADO DO MARANHÃO - Glenda Almeida Matos Moreira
3.	MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE E UNIDADE DO DIREITO SOB A PERSPECTIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA - Kalil Sawaia Boahid Mello Almeida
4.	O PROCESSO ESTRUTURAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA PRINCÍPIOLOGIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2023 - Emílio Pereira
5.	DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DA AÇÃO POPULAR NO BRASIL HOJE - Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior
6.	PROCESSOS ESTRUTURAIIS NA ÁREA DA SAÚDE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS - Carlos Henrique Falcão de Lima
7.	A TEORIA DA DISCRIMINAÇÃO INDIRETA NA SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA - Rodrigo Maia Rocha
8.	AUTOCOMPOSIÇÃO EM PROCESSOS COLETIVOS – Marco Tulio Rodrigues Lopes